



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Concurso Público para

A01 - Analista Judiciário - Área Judiciária

P R O V A

Português
Noções de Microinformática
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 70 questões, numeradas de 1 a 70. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 16 referem-se ao texto que segue.

A idéia de que o povo é bom e que deve, por conseguinte, ser o titular da soberania política, provém, sem dúvida, de Rousseau. Mas o pensamento do grande filósofo sobre esse ponto era muito mais complexo e profundo do que podem supor alguns de seus ingênuos seguidores.

Do fato de que o homem é sempre bom, e que a sociedade o corrompe, não se seguia logicamente, no pensamento de Rousseau, a conclusão de que as deliberações do povo fossem sempre boas. “Cada um procura o seu bem, mas nem sempre o enxerga. O povo nunca é corrompido, mas é freqüentemente enganado, e é então que ele parece querer o mal” – advertia o filósofo.

*É aí que se insere a sua famosa distinção entre **vontade geral e vontade de todos**. Aquela “só diz respeito ao interesse comum; a outra, ao interesse privado, sendo apenas a soma de vontades particulares”. Para Rousseau, nada garantiria que a vontade geral predominasse sempre sobre as vontades particulares. Ao contrário, ele tinha mesmo da vida em sociedade uma visão essencialmente pessimista. Sustentava que os povos são virtuosos apenas na sua infância e juventude. Depois, corrompem-se irremediavelmente.*

Não há, pois, maior contra-senso interpretativo do que afirmar que o princípio da soberania absoluta do povo tem origem em Rousseau. Na verdade, ele, que sempre foi um moralista, preocupado antes de tudo com a reforma dos costumes, descrevia completamente de qualquer remédio jurídico para os males da humanidade.

(Fábio Konder Comparato)

1. Rousseau considera que há uma *vontade geral* e uma *vontade de todos*,
 - (A) fazendo-nos crer que uma equivale à outra, ainda quando aparentemente se oponham.
 - (B) dando assim expressão a um grande contra-senso interpretativo, que enfraquece sua tese.
 - (C) sendo esta a razão para que afirme e defenda o princípio da soberania absoluta do povo.
 - (D) razão pela qual seus seguidores mais ingênuos acham seu pensamento demasiadamente complexo.
 - (E) distinguindo assim entre os interesses comuns e a soma de interesses particulares.
2. Considerando-se o contexto, o sentido de uma expressão do texto está corretamente traduzido em:
 - (A) *corrompem-se irremediavelmente* = praticam a corrupção sem remorso.
 - (B) *diz respeito ao interesse comum* = relaciona-se com a vontade geral.
 - (C) *ingênuos seguidores* = adeptos mais radicais.
 - (D) *é aí que se insere a sua famosa distinção* = é aí que se contesta sua célebre equação.
 - (E) *visão essencialmente pessimista* = perspectiva extremamente ambígua.
3. De acordo com o texto, Rousseau acreditava que
 - (A) o povo não pode ser o titular da soberania política porque é facilmente levado a corromper-se.
 - (B) os princípios da soberania popular aperfeiçoam-se cada vez mais com o desenvolvimento histórico dos povos.
 - (C) as decisões populares baseiam-se sempre em bons princípios, visto que os homens são bons por natureza.
 - (D) as deliberações do povo não são necessariamente boas, pois o povo pode vir a ser enganado.
 - (E) a vontade popular é soberana, pois, mesmo quando parece querer o mal, o povo delibera acertadamente.

<p>4. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Está na admissão <u>de que</u> o povo pode ser enganado, mas não corrompido, uma das contribuições do pensamento de Rousseau.</p> <p>(B) Seus seguidores não supõem <u>de que</u> o pensamento dele seja tão complexo.</p> <p>(C) Não pode ser absoluta a soberania política <u>de cuja</u> o povo deve ser o titular.</p> <p>(D) Era grande a preocupação <u>em cuja</u> Rousseau manifestava em relação à reforma dos costumes.</p> <p>(E) Rousseau não achava <u>de que</u> os males da humanidade poderiam ser sanados por medidas jurídicas.</p>	<p>8. Os tempos e modos verbais estão corretamente articulados na frase:</p> <p>(A) É um contra-senso interpretativo quando afirmarmos que o princípio da soberania absoluta do povo tinha origem em Rousseau.</p> <p>(B) Foi um contra-senso interpretativo quando afirmáramos que o princípio da soberania absoluta do povo terá origem em Rousseau.</p> <p>(C) Seria um contra-senso interpretativo se afirmássemos que o princípio da soberania absoluta do povo teve origem em Rousseau.</p> <p>(D) Será um contra-senso interpretativo se afirmássemos que o princípio da soberania absoluta do povo haverá de ter origem em Rousseau.</p> <p>(E) É um contra-senso interpretativo quando afirmávamos que o princípio da soberania absoluta do povo tem tido origem em Rousseau.</p>
<p>5. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>As pessoas nem sempre enxergam o seu bem</i>, a forma verbal decorrente será</p> <p>(A) são enxergadas.</p> <p>(B) tem sido enxergado.</p> <p>(C) foi enxergado.</p> <p>(D) é enxergado.</p> <p>(E) será enxergado.</p>	<p>9. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Se a sociedade não os viesse a corromper, os povos não perderiam as virtudes de sua infância e juventude.</p> <p>(B) Lamentam-se que as virtudes da infância e da juventude dos povos não se mantêm quando eles acabam por se corromperem.</p> <p>(C) Se bem que os povos se corrompem irremediavelmente, bem antes disso era-se mais capaz de serem mais virtuosos do que então.</p> <p>(D) As virtudes dos povos os são inatas, mas quem os corrompem ao longo dos séculos é a própria sociedade.</p> <p>(E) Nenhum dos males que haveriam nos povos seriam naturais, caso a sociedade não lhes corrompesse.</p>
<p>6. <i>A vontade de todos diz respeito ao interesse privado, sendo apenas a soma de interesses particulares.</i></p> <p>Considerado o contexto, o elemento sublinhado na frase acima tem o mesmo sentido de</p> <p>(A) uma vez que é.</p> <p>(B) embora seja.</p> <p>(C) a fim de ser.</p> <p>(D) mesmo que fosse.</p> <p>(E) a menos que seja.</p>	<p>10. Considerando-se o contexto do terceiro parágrafo, na frase <i>Aquela "só diz respeito ao interesse comum; a outra, ao interesse privado"</i>,</p> <p>(A) a <i>outra</i> refere-se à <i>vontade geral</i>.</p> <p>(B) <i>aquela</i> e a <i>outra</i> referem-se ao mesmo tipo de <i>vontade</i>.</p> <p>(C) <i>aquela</i> refere-se à <i>vontade de todos</i>.</p> <p>(D) <i>aquela</i> e a <i>outra</i> referem-se às <i>vontades particulares</i>.</p> <p>(E) a <i>outra</i> refere-se à <i>vontade de todos</i>.</p>
<p>7. A frase que está inteiramente de acordo com as normas da concordância verbal é:</p> <p>(A) Nas teses de Rousseau, a reforma dos costumes sempre tiveram mais importância do que quaisquer remédios jurídicos.</p> <p>(B) A corrupção dos povos que saem da infância e da juventude parecem fazer parte do nosso destino histórico, segundo o pessimista Rousseau.</p> <p>(C) Constituem os males da humanidade um desafio invencível para qualquer providência de natureza jurídica.</p> <p>(D) De acordo com Rousseau, devem-se discriminar o que é a <i>vontade geral</i>, diante do que é a <i>vontade de todos</i>.</p> <p>(E) Quanto mais contra-sensos houverem na interpretação de Rousseau, menos compreendido será o filósofo.</p>	

<p>11. Para completar corretamente a lacuna da frase, o verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural em:</p> <p>(A) Foram muitos os pensadores a quem Rousseau (influenciar) com suas preocupações morais.</p> <p>(B) Não se (dever) atribuir às idéias de Rousseau qualquer grau de ingenuidade.</p> <p>(C) Quando se..... (administrar) aos males da humanidade apenas um remédio jurídico, os efeitos são insignificantes.</p> <p>(D) Nunca (faltar) às teorias de Rousseau a preocupação com o destino dos povos.</p> <p>(E) O moralismo e o desejo de justiça social de Rousseau sempre o (estimular) a pensar criticamente.</p>	<p>14. Considerando-se o contexto, a frase <i>Sustentava que os povos são virtuosos apenas na sua infância e juventude</i> ganha nova redação, igualmente correta e com sentido equivalente, em:</p> <p>(A) Apoiava-se na convicção que a infância e a juventude é que torna os povos virtuosos.</p> <p>(B) Apoiava-se em como apenas os povos fossem virtuosos na infância ou na juventude, não mais que isto.</p> <p>(C) Defendia a tese de que as virtudes dos povos se manifestam tão-somente em sua infância e juventude.</p> <p>(D) A sustentação de que a virtude dos povos apenas se manifestam onde ainda há infância e a juventude, era mantido por Rousseau.</p> <p>(E) Sua convicção resultava das virtudes dos povos, cuja infância e adolescência nela se manifestavam.</p>
<p>12. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:</p> <p>(A) É gratuita a impressão de que Rousseu pensa de forma simples, ou mesmo ingênua; quem disso cojita incorre em grave erro.</p> <p>(B) É fácil encontrar quem divirja de Rousseau; difícil é surpreender, nos discursos do filósofo, a falta de perseverança ética.</p> <p>(C) A malediscência dos poderosos se encarrega de divulgar obcessivamente a idéia de que o povo é ignorante.</p> <p>(D) O autor do texto, afim de demonstrar que não há hipocrisia em Rousseau, sugere que este não endeuzava o povo, mas o compreendia.</p> <p>(E) Não há paralizia no pensamento de Rousseau: suas inquietações impulsionam-o de forma sistemática.</p>	<p>15. É preciso corrigir a forma sublinhada na frase:</p> <p>(A) A justiça social, <u>por que</u> todos lutam, está longe de ser alcançada.</p> <p>(B) Os homens se corrompem <u>porque</u> seus interesses pessoais sobrepujam todos os outros.</p> <p>(C) <u>Por que</u> sempre há os que deturpam o pensamento alheio?</p> <p>(D) Sim, a vontade geral quase nunca sobrepuja as vontades particulares, mas <u>por que</u>?</p> <p>(E) O <u>porquê</u> do egoísmo humano sempre foi um grande mistério.</p>
<p>13. Estão corretos o emprego e a forma do verbo sublinhado na frase:</p> <p>(A) Em seu tempo, Rousseau <u>entreviu</u> radicalmente na formação do pensamento democrático.</p> <p>(B) São grandes os esforços que o complexo pensamento de Rousseau sempre <u>requereu</u> de seus intérpretes.</p> <p>(C) <u>Advêm</u> de Rousseau as principais formulações sobre a soberania política do povo.</p> <p>(D) A teoria de Rousseau ainda hoje <u>contribue</u> para a análise das relações entre o homem e a natureza.</p> <p>(E) Os ingênuos seguidores de Rousseau não se <u>deteram</u> na complexidade de seu pensamento.</p>	<p>16. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) O pessimismo de Rousseau ao qual o autor do texto alude, prende-se ao fato de que, o filósofo genebrino, lamentava os rumos da civilização.</p> <p>(B) Se de fato, a vontade geral predominasse, sobre as vontades particulares, as decisões políticas, refletiriam mais do que interesses, pessoais ou corporativos.</p> <p>(C) A distinção entre as duas vontades feita por Rousseau, pode parecer estranha à primeira vista, mas logo, revela-se cheia de sabedoria.</p> <p>(D) Ao se referir à infância dos povos, o pensador francês alude ao homem no estado da pura natureza, longe dos artificios da civilização.</p> <p>(E) Os bons leitores, de um grande filósofo, devem evitar que, um pensamento complexo, se torne simplório, para assim não falsificar sua tese central.</p>

NOÇÕES DE MICROINFORMÁTICA

17. A navegação de uma seção para outra em um documento Word é facilitada pelo uso do recurso
- (A) Atalhos do teclado.
 - (B) Localizar texto.
 - (C) Ir para.
 - (D) Hyperlinks.
 - (E) Estrutura do documento.
18. Na planilha eletrônica Excel, uma "Planilha1" da "Pasta2" tem um conteúdo na célula C3 que, se referenciado na "Planilha2" da "Pasta1", será usada a referência
- (A) =[Pasta1]Planilha2!C3
 - (B) =[Pasta2]Planilha1!C3
 - (C) =[C3]Planilha1!Pasta2
 - (D) =[Planilha1]Pasta2!C3
 - (E) =[Planilha2]Pasta1!C3
19. Um monitor de microcomputador de 15" (polegadas) indica que esta medida é o tamanho da
- (A) diagonal da tela.
 - (B) altura da base ao topo do monitor.
 - (C) largura da tela, somente.
 - (D) altura da tela, somente.
 - (E) largura e altura da tela.
20. NÃO é um sistema numérico disponível em computação o
- (A) octal.
 - (B) binário.
 - (C) decimal.
 - (D) hexadecimal.
 - (E) digital.
21. Um atalho de arquivo quando excluído da área de trabalho do Windows
- (A) elimina a cópia da pasta em que o atalho foi gravado.
 - (B) elimina o ponteiro para abrir o arquivo associado.
 - (C) altera a pasta em que o arquivo associado foi gravado.
 - (D) altera o conteúdo do arquivo associado.
 - (E) exclui a cópia do arquivo associado .
22. O ícone Meu Computador do Windows é usado, entre outras funções, para exibir
- (A) a área de trabalho do Windows.
 - (B) a barra de tarefas abertas no Windows.
 - (C) uma lista de pasta no painel esquerdo da janela e o conteúdo da pasta selecionada no painel direito.
 - (D) o conteúdo de um disco em uma única janela separada.
 - (E) as pastas e as respectivas subpastas em uma estrutura hierárquica.
23. A forma do Word apresentar documentos como um verdadeiro WYSIWYG (What You See Is What You Get) é utilizando-se o modo de exibição
- (A) normal.
 - (B) zoom.
 - (C) de layout de impressão.
 - (D) de layout da Web.
 - (E) tela inteira.
24. Um servidor de notícias, utilizando-se o Outlook Express, é um
- (A) computador que armazena as mensagens recebidas e enviadas através das contas de correio.
 - (B) computador que armazena milhares de grupos de notícias.
 - (C) conjunto de mensagens postadas por indivíduos sobre um determinado assunto.
 - (D) conjunto de contas de correio cadastradas.
 - (E) provedor de serviços de Internet.
25. O painel de visualização no layout da janela do Outlook Express é utilizado para visualizar
- (A) rapidamente o conteúdo de uma mensagem, sem abrir uma nova janela.
 - (B) as propriedades de um contato do catálogo de endereços.
 - (C) a lista de mensagens contidas nas pastas.
 - (D) a lista de nomes do catálogo de endereços.
 - (E) a lista de pastas padrão e das demais pastas criadas.
26. A fórmula =\$A\$11+A12, contida na célula A10, quando movida para a célula B10 será regravada pelo Excel como
- (A) =\$A\$11+A12
 - (B) =\$A\$10+A11
 - (C) =\$B\$12+B12
 - (D) =\$A\$11+B12
 - (E) =\$B\$12+A12
27. No endereço nome@empresa.com.br, a separação entre o usuário de correio eletrônico e o computador em que as mensagens são armazenadas é feita pelo
- (A) segundo ponto (.)
 - (B) elemento "com"
 - (C) elemento @
 - (D) elemento "empresa"
 - (E) primeiro ponto (.)
28. O protocolo FTP é uma linguagem que permite aos computadores falarem entre si para disponibilizar
- (A) publicamente arquivos e pastas para transferências pela Internet.
 - (B) o uso de salas de bate papo (chat room).
 - (C) mensagens recebidas pelo correio eletrônico.
 - (D) as páginas Web através de links ou hyperlinks.
 - (E) as páginas Web através do navegador (browser).
29. Os links para sites e páginas Web visitados em dias e semanas anteriores são visualizados, através do Internet Explorer, clicando-se no botão
- (A) Refresh
 - (B) Ir para
 - (C) Voltar
 - (D) Pesquisar
 - (E) Histórico
30. Pode-se ir para uma página Web, através do Internet Explorer, digitando o seu URL (Uniform Resource Locator) na barra de
- (A) Ferramentas.
 - (B) Favoritos.
 - (C) Endereços.
 - (D) Atalhos de teclado.
 - (E) Status.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Integram a Administração Indireta Federal, nos termos do Decreto-Lei nº 200/67,
- (A) as autarquias e as sociedades de economia mista, as primeiras, com personalidade jurídica de direito público e, as segundas, com personalidade jurídica de direito privado.
 - (B) as fundações públicas e os ministérios, as primeiras, com personalidade jurídica de direito privado e, os segundos, com personalidade jurídica de direito público.
 - (C) os ministérios e as autarquias, os primeiros e as segundas com personalidade jurídica de direito público.
 - (D) as fundações públicas e as organizações sociais, as primeiras e as segundas podendo possuir tanto personalidade jurídica de direito público, como de direito privado.
 - (E) as empresas públicas e as organizações da sociedade civil de interesse público, as primeiras, com personalidade jurídica de direito privado e, as segundas, com personalidade jurídica de direito público.
32. Nos termos da Constituição Federal, uma empresa pública que explore atividade econômica deve se sujeitar ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. Uma empresa como essa
- (A) sujeita-se à execução de suas dívidas mediante o sistema de precatórios.
 - (B) pode criar suas subsidiárias independentemente de autorização legislativa.
 - (C) está dispensada da realização de concurso público para contratação de seu pessoal.
 - (D) está sujeita à regra da licitação para suas contratações de obras, serviços, compras e alienações.
 - (E) pode ser instituída independentemente de autorização legislativa.
33. Ao definir a organização da Administração Federal, o Decreto-Lei nº 200/67 determina que a execução das atividades da Administração deverá ser amplamente descentralizada e que tal descentralização ocorra em alguns planos. NÃO é exemplo desse princípio de descentralização
- (A) a descentralização de atividades da Administração para a órbita privada mediante contratos.
 - (B) a concessão de atividades da Administração para entes privados.
 - (C) a distinção entre o nível de execução e o nível de direção, dentro dos quadros da Administração.
 - (D) a descentralização mediante convênio das atividades da Administração Federal para a Administração das entidades federadas.
 - (E) a transferência, mediante lei ordinária, de competências constitucionais da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios.
34. No regime da Lei nº 8.112/90, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa,
- (A) é possível e se chama reversão.
 - (B) é possível e se chama reintegração.
 - (C) não é possível, pois tal invalidação depende de decisão judicial.
 - (D) não é possível, pois tal reinvestidura depende de novo concurso público.
 - (E) não é possível, devendo a reinvestidura se dar em outro cargo que estiver vago.
35. Conforme regra da Lei nº 8.112/90, o servidor em débito com o erário, que for exonerado, terá o prazo de 60 dias para quitar o débito. A não quitação do débito nesse prazo implicará
- (A) anulação da exoneração.
 - (B) revogação da exoneração.
 - (C) inscrição do débito em dívida ativa.
 - (D) penhora administrativa de bens do servidor.
 - (E) abertura de processo administrativo disciplinar contra o servidor, visando à conversão da exoneração em demissão.
36. Considere o seguinte caso prático:
- “Numa situação de urgência, a União, por decreto do Presidente da República, cria 30 novos cargos públicos. Para o preenchimento desses cargos, é aberto concurso público de títulos, cujo edital prevê prazo de validade de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.”
- Nesse caso, está
- (A) incorreto o prazo de validade do concurso.
 - (B) correta a previsão de não prorrogação do prazo de validade.
 - (C) correta a forma de criação dos cargos em situação de urgência.
 - (D) correto o critério de julgamento do concurso.
 - (E) incorreta a realização do concurso em lugar de procedimento licitatório.
37. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a posse de um servidor público federal ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento. Caso a posse não ocorra nesse prazo, a consequência prevista é
- (A) tornar-se sem efeito o ato de provimento.
 - (B) anular-se a classificação do servidor no respectivo concurso.
 - (C) a demissão do servidor.
 - (D) a exoneração do servidor.
 - (E) a disponibilidade do servidor.

<p>38. A União Federal pretende realizar licitações para a contratação de uma obra no valor de R\$ 180.000,00 e uma compra no valor de R\$ 700.000,00. Tais licitações, segundo as regras gerais da Lei nº 8.666/93, poderão ocorrer, respectivamente, nas modalidades</p> <p>(A) tomada de preços e tomada de preços. (B) concorrência e concorrência. (C) tomada de preços e convite. (D) convite e tomada de preços. (E) convite e concorrência.</p>	<p>42. É exemplo de atividade própria do poder de polícia, entendido como polícia administrativa,</p> <p>(A) a aplicação de multa contratual, em contrato administrativo, pela Administração ao particular contratado. (B) a restrição imposta, por agentes administrativos, à realização de uma passeata nas vias públicas. (C) o policiamento ostensivo realizado nas ruas pela polícia militar. (D) a atividade investigativa realizada pela polícia civil em um inquérito policial. (E) a prisão em flagrante de um criminoso por qualquer do povo.</p>
<p>39. Caso se detecte, após dois anos de sua edição, uma ilegalidade em um ato administrativo discricionário, praticado privativamente pelo Presidente da República, sua anulação pelo Poder Judiciário</p> <p>(A) não é possível em face do tempo decorrido desde sua edição. (B) não é possível, sendo sim caso de revogação. (C) é possível, em tese. (D) não é possível por se tratar de ato privativo do Presidente da República. (E) não é possível por se tratar de ato discricionário.</p>	<p>43. Dentre os princípios pelos quais a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais encontram-se a</p> <p>(A) intervenção armada desde que avalizada pela ONU e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. (B) autodeterminação dos povos e o desenvolvimento nacional. (C) proteção das minorias culturais e o repúdio ao terrorismo e ao racismo. (D) independência nacional e a vedação à concessão de asilo político. (E) prevalência dos direitos humanos e a igualdade entre Estados.</p>
<p>40. Caso o Estado seja responsabilizado a indenizar um terceiro, em razão de dano causado por servidor público, poderá cobrar do servidor esse prejuízo via ação regressiva,</p> <p>(A) em qualquer caso, exceto em se tratando de caso fortuito, dada a responsabilidade objetiva do servidor público. (B) em qualquer caso, exceto em se tratando de caso de força maior, dada a responsabilidade objetiva do servidor público. (C) em qualquer caso, dada a responsabilidade objetiva do servidor público. (D) apenas nos casos em que o servidor tiver agido com culpa ou dolo, dada a responsabilidade subjetiva do servidor público. (E) apenas nos casos em que o servidor tiver agido intencionalmente, dada a responsabilidade subjetiva estrita do servidor público.</p>	<p>44. João, eletricitista, teve sua foto utilizada em publicidade de uma grande empresa de jornalismo, que a publicou por várias vezes em revista de grande circulação nacional, sem o seu consentimento. A fotografia retratava uma situação em que João claramente envolvia-se numa briga em um comício político, o que acabou provocando sua demissão e gerando um forte constrangimento em suas relações pessoais.</p> <p>Considerando essa situação, é correto dizer que João</p> <p>(A) poderá pleitear indenização pelos danos materiais sofridos em razão da perda de seu emprego, mas não pelos danos morais, visto que estes não são mensuráveis. (B) poderá pleitear indenização pelos danos materiais sofridos em razão da perda de seu emprego, bem como pelos danos morais decorrentes do constrangimento a que foi submetido. (C) não poderá pleitear qualquer indenização pelo uso de sua imagem, haja vista a liberdade de imprensa assegurada na Constituição Federal. (D) não poderá pleitear qualquer indenização pelo uso de sua imagem, haja vista que a fotografia retratava uma situação fática real. (E) poderá pleitear indenização pelos danos materiais sofridos em razão da perda de seu emprego, mas não pelos danos morais, visto que estes não são protegidos pela Constituição Federal.</p>
<p>41. Considerado o regime da Lei nº 8.666/93, NÃO está configurada hipótese de dispensa de licitação em</p> <p>(A) havendo necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento. (B) um caso de compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia. (C) um caso havido durante guerra ou grave perturbação da ordem. (D) uma situação em que não acudiram interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. (E) uma situação em que houver inviabilidade de competição.</p>	

<p>45. De acordo com a Constituição Federal, os atos processuais são</p> <p>(A) públicos, podendo a lei restringir-lhes a publicidade quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.</p> <p>(B) públicos, podendo o juiz restringir-lhes a publicidade sempre que solicitado pelo Ministério Público.</p> <p>(C) de livre acesso às partes e seus procuradores, podendo sua consulta ser-lhes restringida por insuficiência de funcionários da Justiça para prestar atendimento ao público, entre outros casos.</p> <p>(D) de livre acesso às partes e seus procuradores, podendo sua consulta ser restringida a terceiros, por ato do juiz da causa, para preservar a independência do Poder Judiciário.</p> <p>(E) de livre acesso às partes e seus procuradores, podendo sua consulta ser estendida a terceiros desde que mediante autorização das partes.</p>	<p>48. Determina a Constituição Federal que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções, empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie,</p> <p>(A) do Presidente da República, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser excluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.</p> <p>(B) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser excluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.</p> <p>(C) do Presidente da República, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.</p> <p>(D) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.</p> <p>(E) do Presidente do Congresso Nacional, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.</p>
<p>46. A criação de partidos políticos é livre, sendo-lhes assegurado o direito de</p> <p>(A) utilizar organização paramilitar para fins de restabelecimento da democracia.</p> <p>(B) elaborar com autonomia seus estatutos, que deverão estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.</p> <p>(C) adotar caráter regional ou nacional, conforme estabelecido em seus estatutos.</p> <p>(D) receber recursos financeiros de entidades privadas nacionais ou estrangeiras, nos termos da lei.</p> <p>(E) receber recursos financeiros de entidades governamentais nacionais ou estrangeiras, nos termos da lei.</p>	<p>49. João da Silva, 60 anos, servidor público há 12 anos, nos últimos 4 em cargo efetivo de analista judiciário do Tribunal Regional Federal do Ceará, pretende aposentar-se voluntariamente neste cargo. Considerando que João já contribuiu por 35 anos para a Previdência, é correto dizer que ele</p> <p>(A) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 65 anos de idade.</p> <p>(B) poderá aposentar-se sob essas condições.</p> <p>(C) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 5 anos de exercício no cargo que ocupa.</p> <p>(D) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 10 anos de exercício no cargo que ocupa.</p> <p>(E) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 15 anos de serviço público.</p>
<p>47. A nomeação para cargo em comissão</p> <p>(A) depende de prévia aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado mediante regular processo administrativo.</p> <p>(B) depende de prévia aprovação em concurso público e o servidor pode ser livremente exonerado pela Administração Pública.</p> <p>(C) independe de aprovação em concurso público e o servidor pode ser livremente exonerado pela Administração Pública a qualquer tempo.</p> <p>(D) independe de aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado pela Administração Pública mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.</p> <p>(E) independe de aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado pela Administração Pública antes de adquirir estabilidade.</p>	<p>50. Considere uma decisão de um Tribunal Regional Eleitoral que não tenha sido proferida contra disposição expressa da Constituição Federal ou de lei. Mesmo assim é cabível recurso desta decisão se ela</p> <p>(A) divergir de decisão de outro Tribunal Regional Eleitoral em matéria de interpretação de lei.</p> <p>(B) versar sobre perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais.</p> <p>(C) versar sobre cancelamento de título eleitoral.</p> <p>(D) denegar ação popular fundada em abuso do poder econômico nas eleições.</p> <p>(E) conceder mandado de segurança em matéria eleitoral.</p>

<p>51. De acordo com as regras que regem o controle judicial de constitucionalidade das normas no Brasil, é correto dizer que Emenda à Constituição Federal</p> <p>(A) pode ser declarada inconstitucional se contrariar a forma federativa de Estado, entre outros casos.</p> <p>(B) pode ser declarada inconstitucional somente pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade.</p> <p>(C) não pode ser declarada inconstitucional.</p> <p>(D) pode ser declarada inconstitucional somente em caso de vício formal no processo de sua elaboração.</p> <p>(E) pode ser declarada inconstitucional, salvo durante estado de sítio ou de defesa.</p>	<p>55. Na composição dos Tribunais da Justiça Eleitoral, identifica-se, no âmbito</p> <p>(A) do Tribunal Superior Eleitoral, a necessidade de eleição de três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) dos Tribunais Regionais Eleitorais, a presença de três juristas de notável saber jurídico e idoneidade moral.</p> <p>(C) do Tribunal Superior Eleitoral, a exigência de ser atribuída a função de Corregedor Eleitoral a um Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) dos Tribunais Regionais Eleitorais, a necessidade de nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes do Tribunal Regional Federal.</p> <p>(E) do Tribunal Superior Eleitoral, a necessidade de nomeação pelo Presidente da República de três Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>52. De acordo com a Constituição Federal, os Municípios integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil como unidades</p> <p>(A) subordinadas aos respectivos Estados-membros, que poderão ditar-lhes a Lei Orgânica Municipal.</p> <p>(B) vinculadas à Administração do respectivo Estado-membro.</p> <p>(C) autônomas, regidas por legislação própria com base nas competências que lhes forem outorgadas pelos respectivos Estados-membros.</p> <p>(D) autônomas, assim como autônomos são os Estados-membros e a União Federal.</p> <p>(E) autônomas, mas as leis estaduais sempre prevalecem sobre as municipais em caso de conflito entre elas.</p>	<p>56. São órgãos da Justiça Eleitoral</p> <p>(A) as Juntas Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Seções Eleitorais.</p> <p>(B) os Juízes Eleitorais e os escrutinadores nomeados.</p> <p>(C) os Tribunais Regionais Eleitorais, as Juntas Eleitorais e as Mesas Receptoras.</p> <p>(D) os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.</p> <p>(E) o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral.</p>
<p>53. Na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, prevista na Constituição Federal,</p> <p>(A) todos os membros são provenientes de diferentes órgãos do Poder Judiciário.</p> <p>(B) todos os membros são provenientes da Justiça Federal e dos quadros do Ministério Público.</p> <p>(C) há membros provenientes da Justiça Estadual, da Justiça Federal e dos quadros da Advocacia.</p> <p>(D) há membros provenientes dos quadros do Ministério Público e da Advocacia.</p> <p>(E) todos os membros são provenientes da Justiça Federal.</p>	<p>57. São considerados eleitores os</p> <p>(A) brasileiros naturalizados, desde o ato solene de concessão da nacionalidade brasileira.</p> <p>(B) recrutats, no período do serviço militar obrigatório.</p> <p>(C) maiores de 18 anos, devidamente alistados.</p> <p>(D) maiores de 16 anos, a partir da data do aniversário.</p> <p>(E) estrangeiros alistados, residentes no Brasil há, pelo menos, quinze anos ininterruptos.</p>
<p>54. Dentre as garantias constitucionais dos juízes está</p> <p>(A) a estabilidade após três anos de exercício.</p> <p>(B) a vitaliciedade, que, no primeiro grau, somente é adquirida após dois anos de exercício.</p> <p>(C) a inamovibilidade, salvo por decisão do presidente do respectivo tribunal, fundada em interesse público.</p> <p>(D) o exercício remunerado de até dois cargos de magistério.</p> <p>(E) o recebimento de participação nas custas processuais, nos termos da lei.</p>	<p>58. O alistamento eleitoral produz o efeito de</p> <p>(A) afastar das urnas os analfabetos.</p> <p>(B) viabilizar a candidatura para todos os postos eletivos.</p> <p>(C) fixar o número de votantes nos pleitos eletivos.</p> <p>(D) assegurar, em relação ao alistado, o direito de votar e ser votado.</p> <p>(E) integrar o nacional no corpo eleitoral.</p> <p>59. A decisão acerca do alistamento eleitoral implica num ato de natureza</p> <p>(A) eleitoral, porquanto produz efeitos restritos aos pleitos eletivos.</p> <p>(B) civil, porque atribui ao nacional direitos políticos.</p> <p>(C) administrativa, de competência do escrivão eleitoral.</p> <p>(D) judiciária, cabendo ao Juiz Eleitoral deferir o pedido.</p> <p>(E) mista, competindo ao Juiz Eleitoral interferir na apreciação do pedido apenas na hipótese de dúvida suscitada pelo preparador.</p>

<p>60. Ao longo do processo de votação, admite-se</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) a permanência no recinto da Mesa Receptora de dois fiscais e de dois delegados de cada um dos partidos ou coligações que tenham registrado candidatos ao pleito. (B) o término do recebimento dos votos após as dezessete horas. (C) prioridade para votar, contemplando candidatos, delegados e fiscais de partidos políticos. (D) que eleitor, não inscrito na seção, vote sem exibir o respectivo título, sendo, posteriormente, comprovada sua participação mediante certidão expedida pelo juízo eleitoral competente. (E) a permanência do eleitor na cabine indevassável por, no máximo, cinco minutos. 	<p>64. A prestação de contas relativa a campanhas eleitorais</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) é apreciada pela Justiça Eleitoral, devendo ser julgada e publicada em sessão, até quinze dias antes da diplomação. (B) deve ser realizada em formulário que atenda modelo previamente aprovado em lei, em se tratando de eleições proporcionais. (C) poderá ser rejeitada, ainda que promovida a correção de erros formais e materiais. (D) compete aos candidatos às eleições majoritárias, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros. (E) obriga à declaração de sobra de recursos financeiros, que será utilizada pelo partido exclusivamente para o próximo pleito eletivo.
<p>61. Na aplicação da lei eleitoral, a declaração de nulidade da votação</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) será pronunciada, ainda que haja consenso em contrário das partes, quando o órgão apurador conhecer do ato e o entender provado. (B) ficará superada por força de acordo entre os candidatos concorrentes, considerando que não se deve pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo. (C) poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa, a qualquer tempo. (D) deverá ser proferida pelo Presidente da Mesa Receptora ou por qualquer um de seus membros. (E) poderá ser argüida a qualquer tempo, na hipótese de se fundamentar em erro material. 	<p>65. Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete a apuração</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) na hipótese de interrupção dos trabalhos de apuração pela Junta Eleitoral. (B) por solicitação de delegado de partido político credenciado junto à Junta Eleitoral. (C) em se tratando de eleições para vereadores e suplentes. (D) referente à eleição de Senador e Deputado Federal. (E) quando houver impugnação fundada em violação de urna.
<p>62. Servirá como Procurador Regional, junto a cada Tribunal Regional Eleitoral,</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) o Procurador-Geral de Justiça do respectivo Estado. (B) procurador dos quadros da Procuradoria do respectivo Estado, nomeado pelo Governador. (C) membro do Ministério Público estadual designado pelo Procurador-Geral da República. (D) Procurador da República designado pelo Presidente do respectivo Tribunal Regional Eleitoral. (E) o seu substituto legal, nas suas faltas ou impedimentos. 	<p>66. Após a realização das convenções devem ser constituídos e registrados, junto à Justiça Eleitoral, comitês financeiros encarregados da prestação de contas. A constituição desses comitês é incumbência atribuída aos</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) partidos, que são os únicos responsáveis pela veracidade das informações financeiras e contábeis. (B) administradores financeiros da campanha, designados na forma da lei. (C) candidatos, no prazo máximo de cinco dias após a escolha em convenção. (D) partidos, atendido o prazo de quinze dias após a realização da respectiva convenção. (E) partidos, afigurando-se facultativa, em se tratando de eleição presidencial, a criação de comitês nos Estados.
<p>63. Dentre as garantias eleitorais, asseguradas pelo legislador, pode-se registrar</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) a imposição de presença de força pública nos edifícios de funcionamento de Mesas Receptoras. (B) a proibição de embarçar o exercício do sufrágio pelos adolescentes que completaram 16 anos na data do pleito. (C) a competência do Presidente de Mesa Receptora de expedir salvo-conduto em favor de eleitor que sofrer violência na sua liberdade de votar. (D) o sigilo do voto, mediante o isolamento do eleitor que deverá permanecer sozinho na respectiva seção até a urna eletrônica contabilizar o seu voto. (E) vedação de prisão ou detenção de eleitor, salvo em flagrante delito, no período compreendido entre sete dias antes do pleito e quarenta e oito horas depois do encerramento da eleição. 	<p>67. Em se tratando de atos e termos processuais,</p> <ul style="list-style-type: none"> (A) as entrelinhas são sempre permitidas, mas os espaços em branco devem ser inutilizados. (B) o escrivão numera e rubrica todas as folhas dos autos, sendo vedado às partes apor sua rubrica, mesmo nas folhas correspondentes aos atos de que participa. (C) é permitido o uso de abreviaturas, assim como são válidas as emendas, desde que ressalvadas. (D) a assinatura de todos os que neles intervieram é sempre condição imprescindível de sua validade, sob pena de nulidade. (E) é sempre vedado usar abreviaturas enquanto que as rasuras somente são aceitas quando ressalvadas.

68. Uma sentença foi prolatada e já decorreu o prazo recursal. Nesse caso, deve-se ressaltar que

- (A) a resolução da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, nunca pode fazer coisa julgada.
- (B) sobre uma questão já decidida, relativa a essa mesma lide, nunca se poderá lançar nova decisão, mesmo que sobrevenha modificação no estado de fato ou de direito em relação jurídica continuativa.
- (C) os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, não fazem coisa julgada.
- (D) a sentença faz coisa julgada apenas e tão-somente aos autores e aos réus, nunca beneficiando, nem prejudicando terceiros, mesmo que tenham sido citados.
- (E) sempre se poderá lançar nova decisão, relativa a uma mesma lide, mesmo que a questão já decidida tenha sofrido modificação de fato ou de direito.

69. Nos processos de competência originária dos Tribunais (Lei nº 8.038/90),

- (A) incumbe ao relator decidir sobre o recebimento ou a rejeição da acusação, cabendo agravo dessa decisão para o Tribunal.
- (B) não é possível acusação por queixa do ofendido, mas somente por denúncia do Ministério Público.
- (C) o prazo para o Ministério Público oferecer denúncia pode ser interrompido pelo relator para diligências complementares, ainda que o indiciado esteja preso e não haja relaxamento da prisão.
- (D) os atos de instrução deverão, necessariamente, ser feitos pelo relator, que não poderá delegar a sua realização a juiz mediante carta de ordem.
- (E) antes de ser recebida a denúncia ou a queixa, o acusado será notificado para oferecer resposta e, se desconhecido o seu paradeiro, a notificação será feita por edital.

70. Quanto à ação penal,

- (A) no direito eleitoral e no direito comum, a ação penal pública é sempre incondicionada.
- (B) no direito eleitoral, diferentemente do direito comum, a denúncia pode ser escrita ou oral.
- (C) há completa identidade entre o direito eleitoral e o direito comum.
- (D) no direito eleitoral, não há previsão de ação penal privada exclusiva, prevista, contudo, no direito comum.
- (E) no direito eleitoral, não é admitida a ação privada subsidiária da pública, possível no direito comum.